

Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil: perspectivas para a produção de conhecimento em educação musical¹

POLICIES FOR SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION IN BRAZIL: PERSPECTIVES FOR THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN MUSIC EDUCATION

LUCIANA DEL-BEN Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) <ldelben@gmail.com

resumo

Este texto busca discutir as políticas atuais de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil e suas potencialidades para pensarmos a produção de conhecimento em educação musical. Após apresentar diretrizes e perspectivas para a produção de conhecimento na atualidade, propõe questões que possam nortear a reflexão tanto sobre a origem dos nossos interesses de conhecimento (ou nossos problemas de pesquisa) quanto sobre os resultados esperados e os alcançados pela pesquisa que fazemos. Os resultados dessa reflexão, a médio e longo prazo, poderão contribuir para o fortalecimento da área, e, mais especificamente, para a construção de uma agenda de pesquisa em educação musical.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de C,T&I no Brasil; pesquisa em educação musical; produção de conhecimento em educação musical.

abstract

This text discusses the current policies on science, technology and innovation in Brazil and their potential to think about the production of knowledge in music education. After presenting guidelines and perspectives for the production of knowledge at present, it poses questions that can guide reflection both on the origin of our knowledge interests (or our research problems) and the results expected and achieved by the research we do. This reflection, in the medium and long term, may contribute to strengthen the field and, more specifically, to build a research agenda for music education.

KEYWORDS: Policies on science, technology and innovation in Brazil; research in music education, production of knowledge in music education.

1. Uma primeira versão deste texto foi apresentada no XXI Congresso Nacional da ABEM, realizado em 2013, na mesa-redonda "Ciência, tecnologia e inovação no Brasil: perspectivas para a produção de conhecimento em educação musical".

políticas de ciência, tecnologia e inovação

Este texto busca discutir as políticas atuais de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil e suas potencialidades para pensarmos a produção de conhecimento em Educação Musical. Foi elaborado com o propósito de contribuir para o debate proposto pela Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), durante o XXI Congresso Nacional da ABEM, em torno do tema “Ciência, Tecnologia e Inovação: perspectivas para pesquisas e ações em Educação Musical”. Este é um tema que incita a área a continuar refletindo sobre sua própria produção e sobre seus modos de pensar a pesquisa e de fazer pesquisa.

As palavras Ciência, Tecnologia e Inovação, quando aparecem juntas, nos sugerem um modo específico de pensar a ciência e de fazer ciência – ou produzir conhecimento – que está na ordem do dia nas políticas de pesquisa e de desenvolvimento, tanto no Brasil quanto no exterior.

Uma ideia recorrente na literatura sobre o tema é a necessidade de uma “cooperação mais estreita entre ciência, tecnologia e inovação, ou seja, universidade, sociedade e sistema produtivo” (Guimarães, S. 2011, p. 462), como estratégia para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Como observa Fernanda Sobral, socióloga da Universidade de Brasília (UnB), nesta “concepção de ciência socialmente contextualizada”, sua “legitimidade é adquirida não apenas por meio de uma produção destinada aos pares [isto é, ao meio acadêmico], mas também voltada à demanda social de conhecimento e aberta à avaliação por outros atores sociais, não necessariamente pares” (Sobral, 2011, p. 520). O que percebemos é uma pressão crescente da sociedade para que a universidade se torne “mais aderente às suas demandas cognitivas (demandas por conhecimento científico, ou demandas por pesquisa)” (Silva, 2013, p. 48).

Para Elizabeth Balbachevsky, cientista política da Universidade de São Paulo (USP):

Um ponto central presente em todas as reformas recentes das políticas de C&T que buscam incorporar a questão da inovação está na adoção de instrumentos capazes de direcionar a atividade de pesquisa para a produção de conhecimento considerado estratégico, isto é, relevante para a competitividade do país. O objetivo central dessas políticas é tornar a agenda da comunidade científica mais permeável a problemas e questões gestados fora dela, aumentando sua relevância para outros atores, tais como empresas, órgãos governamentais ou organizações sociais [Geuna; Salter; Seinmueller, 2003; Diederer *et al.*, 2000; Whitley; Glaser; Engwall, 2010]. (Balbachevsky, 2011, p. 507)

A Estratégia Nacional para Ciência Tecnologia e Inovação (ENCTI), documento elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), “destaca a importância da ciência, a tecnologia e a inovação (C,T&I) como eixo estruturante do desenvolvimento do País e estabelece diretrizes que irão orientar as ações nacionais e regionais no horizonte temporal de 2012 a 2015” (Brasil, 2012, p. 23). Trata-se de uma política de governo, mas que ouviu demandas de outros setores da sociedade, já que foram consideradas as recomendações do chamado Livro Azul (Consolidação..., 2010), em que foram reunidas “as sugestões dos diversos atores do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, por ocasião da IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - CNCTI, em 2010” (Brasil, 2012, p. 23).

Consta no documento que “a ENCTI elege programas prioritários no entendimento de que eles envolvem as cadeias mais importantes para impulsionar a economia brasileira” (Brasil, 2012, p. 54). A definição desses programas tomou como base os seguintes critérios:

- relevância e impacto para o alcance dos objetivos da ENCTI;
- áreas entendidas como oportunidades em que o País dispõe de conhecimento, infraestrutura e vigor suficientes;
- áreas das quais depende a soberania nacional; e
- áreas que precisam ser adensadas para que o País alcance competitividade e inserção internacionais. (Brasil, 2012, p. 54)

Os Programas Prioritários são os seguintes:

- TICs – Tecnologias da informação e comunicação;
- Fármacos e Complexo Industrial da Saúde;
- Petróleo e Gás;
- Complexo Industrial da Defesa;
- Aeroespacial;
- Nuclear;
- Fronteiras para a inovação;
 - Biotecnologia;
 - Nanotecnologia e novos materiais;
- Fomento da economia verde;
 - Energia;
 - Biodiversidade;
 - Mudanças climáticas;
 - Oceanos e zonas costeiras;
- C,T&I para o Desenvolvimento Social;
 - Popularização da C,T&I e melhoria do ensino de ciências;
 - Inclusão produtiva e tecnologia social;
 - Tecnologias assistivas;
 - Tecnologias para Cidades Sustentáveis. (Brasil, 2012, p. 87-88)

O Desenvolvimento Social é contemplado somente no último Programa. Ele se refere à educação, mas, nesse caso, o foco é nas ciências naturais e na matemática, na mesma direção do que se encontra no Livro Azul, que traz as recomendações da CNCTI. O Livro Azul, no entanto, apresenta outras recomendações relativas à educação e ao desenvolvimento social, bem mais amplas do que aquelas que foram incorporadas na ENCTI, tais como:

Elaboração e implantação de uma **Política Nacional de Ciência e Tecnologia para a Área de Educação** que estabeleça e contemple uma ação conjugada do MCT, do MEC e das Secretarias Estaduais de Educação e de Ciência e Tecnologia, ou de suas congêneres nos estados e municípios. (Consolidação..., 2010, p. 39) [grifos meus]

Criação de **agendas de pesquisa para a inovação social**, articuladas à extensão universitária, de modo a permitir a construção conjunta universidade-sociedade de experiências portadoras de inovações sociais. Definição, a partir das inserções regionais

das universidades públicas e dos respectivos projetos de extensão universitária, de questões prioritárias que constituam uma agenda de pesquisa destinada à inovação social. (Consolidação..., 2010, p. 107) [grifos meus]

Promoção de **experiências inovadoras na área da educação**, por intermédio de pesquisas participativas – sobretudo com os jovens em situação de vulnerabilidade social nas escolas da rede pública – sobre experiências educativas emancipadoras. (Consolidação..., 2010, p. 108) [grifos meus]

Realização de atividades de extensão portadoras de **inovações educacionais**, geradas através das pesquisas participativas, permitindo seu acompanhamento e avaliação por parte de todos os sujeitos envolvidos. (Consolidação..., p. 108) [grifos meus]

Formulação e implantação de um **Programa Nacional de Inovação e Tecnologia Social**, envolvendo financiamento, apoio e monitoramento de pesquisas e projetos nessa área (...). (Consolidação..., 2010, p. 109) [grifos meus]

Aproximação entre o **Sistema Nacional de C,T&I e o Sistema Nacional de Cultura**, a partir de colaboração entre Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e o Ministério da Cultura (MINC), incorporando instituições de patrimônio cultural (arquivos, bibliotecas e museus) ao Sistema Nacional de C,T&I. Promoção do reconhecimento dos acervos e instituições de natureza científica como parte integrante da política de preservação cultural. Assinatura de termos de colaboração entre MCT e MINC para promover o **campo da cultura como campo de pesquisa** no Brasil e incrementar a preservação e o acesso ao patrimônio cultural. (Consolidação..., 2010, p. 113) [grifos meus]

Na CNCTI, portanto, houve uma demanda para a criação de agendas de pesquisa envolvendo a educação e a cultura, talvez nos moldes da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), aprovada em 2004, e “parte integrante da Política Nacional de Saúde” (Brasil, s/d, p. 4). Essa demanda não foi atendida talvez por não ter sido considerada relevante, naquele momento, para impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Esse não atendimento também pode ter relação com a representação pouco expressiva das Humanidades na CNCTI, como salientado por Faria Filho (s/d), para quem “é notório o desinteresse das associações científicas das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas em discutir sistematicamente as políticas de ciência e tecnologia no país”.

Também o atual Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (Brasil, 2010), referente ao período 2011-2020, não delinea uma agenda de pesquisa para a educação, embora destine um capítulo específico para a educação básica, intitulado “Educação básica: um novo desafio para o SNPG” (Brasil, 2010, p. 155).

A educação básica é tratada como “assunto estratégico” (Brasil, 2010, p. 158) e uma das razões para isso, além do desenvolvimento social do País, é a preocupação com a expansão do sistema de pós-graduação, já que, como se afirma no Plano, “a pretensão de ampliar o número de alunos em alguns de nossos cursos de mestrado e doutorado acaba prejudicada pela falta de alunos capacitados e com disponibilidade para tal” (Brasil, 2010, p. 158). O documento elenca uma série de problemas já conhecidos sobre a educação básica e faz uma dura crítica à produção dos programas:

Apesar de muitos cursos de pós-graduação terem dedicado esforços para o estudo de questões ligadas à educação básica, verificamos que ainda são pouco visíveis os

resultados dos mesmos, seja pelo tamanho do problema seja porque esses estudos evitam determinados assuntos ligados diretamente à sala de aula. (Brasil, 2010, p. 177)

Apesar de avaliar a qualidade da pesquisa sobre a educação básica, o que surpreende, como observa Faria Filho (2013), é que:

Para construir o texto, a comissão, na qual não havia nenhum especialista em educação básica, busca dialogar com o documento da ABC e da Unesco e com documentos oficiais do MEC e do CNE, desconsiderando completamente a produção acumulada nas áreas de educação e ensino de ciências e matemática. Isso, talvez, ajude a entender a marcante presença de um verdadeiro “senso comum científico” sobre educação no Plano. Chama atenção, também, o tom por demais prescritivo do documento (deve... deve...), numa comissão que, como já se disse, não contava com nenhum especialista em educação para a discussão do tema. (Faria Filho, 2013, p. 290)

A comissão também parece desconsiderar que, ainda citando Faria Filho (2013, p. 293), “muitas das melhores políticas de educação desenvolvidas nos diversos níveis da administração pública – da educação infantil ao ensino superior – têm por base os conhecimentos produzidos e acumulados nas últimas décadas nos programas de pós-graduação em educação e de ensino de ciências e matemática”. O documento aponta problemas e desvaloriza a produção existente, mas não explicita possíveis elementos estruturadores de uma agenda de pesquisa para a educação básica. Para que o envolvimento da pós-graduação com a educação básica “se dê de uma forma eficiente” (Brasil, 2010, p. 177), as recomendações são as que seguem:

- Ampliação dos editais destinados à pesquisa em educação básica, nos moldes dos programas em andamento, como o Observatório da Educação e o Observatório da Educação Escolar Indígena.
- Ampliação dos editais destinados à valorização e formação dos profissionais do magistério da educação básica, como PRODOCÊNCIA, PIBID, Novos Talentos, entre outros.
- Ampliação da interação dos programas de pós-graduação e da Universidade Aberta do Brasil com os cursos de licenciatura, no sentido da promoção da melhoria da qualidade da formação dos professores.
- Ampliação da interlocução com os sistemas estaduais e municipais de ensino, em especial no que se refere às ações do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR.
- Estímulo à participação de cursos de pós-graduação de outras áreas do conhecimento, além da Educação, nas questões relativas à melhoria da qualidade da educação básica.
- Estímulo ao desenvolvimento de estudos visando à formatação do ensino de ciências na Educação Básica, instrumento fundamental para a construção da cidadania. (Brasil, 2010, p. 177-178)

Ou seja, é recomendada a ampliação dos programas em andamento na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), mais especificamente na Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB). Dentre esses programas, somente o Observatório da Educação é especificamente voltado para “apoiar a realização de projetos de pesquisa em ensino e educação”, conforme disposto no Art. 2º da Portaria nº 152, de 30 de

outubro de 2012 (Capes, 2012). Seus objetivos, no entanto, por serem amplos, não especificam áreas ou temas prioritários no âmbito do ensino ou da educação, como se vê a seguir:

- I- estimular o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* e de redes de pesquisa no País que tenham a educação como eixo de investigação;
- II- fortalecer o diálogo entre a comunidade acadêmica, os gestores das políticas nacionais de educação e os diversos atores envolvidos no processo educacional;
- III- estimular a utilização de dados estatísticos educacionais produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como subsídio ao aprofundamento de estudos sobre a realidade educacional brasileira;
- IV- fomentar e apoiar projetos de estudos e pesquisas relacionados aos diferentes níveis e modalidades da educação;
- V- incentivar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas de educação básica;
- VI- divulgar a produção e os resultados encontrados, compartilhando conhecimento e boas práticas e integrando a pesquisa à dinâmica da Universidade e dos sistemas públicos de educação básica. (Capes, 2012, Art. 2º, § 1º)

Claramente, a política atual de C,T&I não prioriza áreas como educação, arte e cultura – ou as Humanidades, de modo mais amplo –, o que não significa que as descarte. Exemplo disso é um programa recente, os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), cujos projetos foram aprovados ao final de 2008 (Sobral, 2011, p. 522). As missões principais dos INCTs são “a promoção da pesquisa de vanguarda e de elevada qualidade em temas de fronteira e (ou) estratégicos, a formação de recursos humanos e a transferência de conhecimento para a sociedade” (Sobral, 2011, p. 523).

Em 2011, como informa Sobral (2011, p. 522), eram 120 os INCTs em atividade, sendo 11 no campo das Humanidades (Ciências Humanas e Sociais):

- INCT de Estudos das Metrôpoles;
- INCT de Observatório das Metrôpoles;
- INCT de Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento;
- INCT de Educação, Desenvolvimento Econômico e Inserção Social;
- INCT de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos;
- INCT sobre Violência, Democracia e Segurança Cidadã;
- INCT de Comportamento, Cognição e Ensino;
- INCT para Estudos sobre os Estados Unidos;
- INCT Brasil Plural;
- INCT de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa;
- INCT de Psiquiatria do Desenvolvimento para Crianças e Adolescentes (INPD) (Sobral, 2011, p. 524).

Também contamos com editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) destinados às Humanidades, como chamadas para projetos no âmbito das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, na área de Economia Criativa, Desenvolvimento

do Esporte e ainda projetos ligados ao Desenvolvimento Social. Numericamente, entretanto, esses editais são bem menos expressivos que aqueles diretamente vinculados aos programas prioritários, definidos na ENCTI.

Mesmo assim, o que percebemos é um “modelo misto” de produção de C,T&I, que associa a demanda induzida à demanda espontânea (Sobral, 2011, p. 520). O primeiro caso – demanda induzida – caracteriza-se como uma “política da ciência”, em que “o governo atua como demandante de conhecimento” (Silva, 2013, p. 54). Como explica Silva (2013, p. 55), nesse caso “as demandas cognitivas [são] bem especificadas e concretas” e os projetos e programas, “bem definidos”.

Na demanda espontânea, temos uma “política para a ciência”, em que o governo atua “como fomentador da pesquisa” (Silva, 2013, p. 55). “Embora ocorra o aporte de recursos públicos, não há uma convergência da pesquisa ao que é declarado como prioritário pelo governo. A pesquisa é orientada pela própria comunidade de pesquisa, de acordo com seus interesses políticos (*politics*)” (Silva, 2013, p. 56 – grifos do autor). E Silva complementa: “Se o governo não apresenta problemas a serem pesquisados é porque este domínio pertence à comunidade de pesquisa” (Silva, 2013, p. 61), o que é o nosso caso.

Apesar de a política atual não ser voltada para as Humanidades, ou não priorizá-las, ela pode contribuir para pensarmos a produção de conhecimento em Educação Musical. É um cenário diferente que nos convida a refletir sobre nossa própria produção. Mais que isso, nos exige trazer essa produção para o centro dos debates: o que temos feito em termos de pesquisa? para que e para quem? com quem? a partir de que ou de quem temos produzido conhecimento? que conhecimentos temos produzido?

perspectivas para a área de educação musical

Embora, na comparação com outras áreas, a Educação Musical ainda seja pequena, já faz algum tempo (ver, por exemplo, Beyer, 1996, e Souza, 1996), muitos de nós vêm salientando, em diversos trabalhos, o crescimento da nossa área. Esse crescimento é identificado por meio de um conjunto de fatores, como a forte presença da Educação Musical, como área de concentração ou linha de pesquisa nos programas de pós-graduação; o número crescente tanto de mestres e doutores titulados quanto de publicações; a existência de um periódico específico da área e muito bem qualificado pela Capes, que é a Revista da ABEM; e, obviamente, o fortalecimento da própria ABEM, como associação de área.

Ampliar as análises e inventários da produção

Também temos defendido a necessidade de analisar nossa própria produção, de fazer balanços que nos ajudem a ter clareza sobre onde estamos e aonde queremos chegar. Apesar de tais trabalhos serem cada vez mais frequentes (ver Del-Ben, 2010), análises mais detalhadas e, principalmente, mais críticas, ainda são necessárias em direção à caracterização da produção da área de Educação Musical. Análises que ressaltem, de maneira construtiva, tanto os aspectos positivos da nossa área, quanto os negativos, e que identifiquem temas, tendências, ênfases, mas também avanços, sobreposições, redundâncias e lacunas. Nesse sentido, a ideia de demanda cognitiva, ou demanda por conhecimento científico, pode contribuir para a ampliação

e o aprofundamento das análises hoje existentes, na medida em que contempla tanto a origem da demanda quanto o que se demanda.

A produção da área de Educação Musical está muito vinculada às realidades, porque ela é construída a partir de uma diversidade de práticas educativo-musicais, o que parece lhe garantir algum tipo de interação com a sociedade, ou com os chamados não-pares. Além disso, não seria tarefa árdua elencar trabalhos da área que lidam com algum tipo de tecnologia e inovação, trabalhos convergentes, portanto, com a ideia de ciência socialmente contextualizada. Talvez os primeiros trabalhos que nos venham à mente sejam aqueles que tratam de educação a distância, tecnologias digitais para o ensino e para a aprendizagem ou para a inclusão, por exemplo. Tecnologia e inovação, entretanto, também podem ser entendidas numa perspectiva social, como indicam as recomendações do Livro Azul, antes apresentadas. As tecnologias sociais “se voltam para as necessidades de grupos, comunidades e territórios, que valorizam o saber popular e o integram ao conhecimento acadêmico” (Lima, 2010, p. 94). Nesse sentido, como define Fonseca (2010):

Um dos principais objetivos da TS [tecnologia social] é dotar um dado espaço socioeconômico de aparatos tecnológicos (produtos, equipamentos, etc.) ou organizacionais (processos, mecanismos de gestão, relações, valores) que permitam interferir positivamente na produção de bens e serviços e, assim, na qualidade de vida de seus membros, gerando resultados sustentáveis no tempo e reproduzíveis em configurações semelhantes (Fonseca, 2010, p. 75)².

Do mesmo modo, a inovação pode ser pensada não só para o mercado, mas também para a sociedade (Neves; Neves, 2011, p. 481-483). Conforme entendem os sociólogos Clarissa Baeta Neves e Fabrício Monteiro Neves (2011, p. 482), “inovação é a transformação de conhecimento numa aplicação capaz de gerar soluções para problemas concretos na economia, na sociedade, na política, com perspectiva de ganhos econômicos privados ou de ganhos na concepção e nos resultados da prestação de serviços de interesse e caráter públicos”, como educação e saúde, por exemplo. Nesse sentido, podemos pensar também nas contribuições das Humanidades, aí incluída a Educação Musical, para a elaboração e avaliação das políticas públicas.

Inventariar trabalhos desse tipo, sem dúvida, seria importante como estratégia para dar mais visibilidade à produção da nossa área. A política atual de Ciência, Tecnologia e Inovação, entretanto, está a nos exigir mais que isso, pois suas diretrizes nos demandam melhor explicitar a origem dos nossos interesses de conhecimento (ou nossos problemas de pesquisa) e, também, tornar mais claros os resultados esperados e os alcançados pela pesquisa que fazemos.

2. “Os exemplos de tecnologias sociais são variados e em diferentes áreas, como: comercialização e economia solidária; reservatórios para armazenamento de água de chuva para a produção de alimentos e consumo humano; intercâmbios para troca de conhecimento; agroecologia; saneamento; energia; meio ambiente; sementes crioulas; segurança alimentar e nutricional; moradia popular; educação; saúde; plantas medicinais; inclusão digital; arte; cultura; lazer; geração de trabalho e renda; microcrédito; promoção de igualdade em relação à raça, gênero, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência; comunicação popular e comunitária; entre outras”. (Lima, 2010, p. 94)

Construir uma agenda de pesquisa

No âmbito desta proposta, então, indico duas questões que podem nortear a reflexão sobre a produção de conhecimento em Educação Musical no cenário atual, questões cujas respostas, a médio e longo prazo, poderão contribuir não somente para o fortalecimento da área, mas, mais especificamente, para a construção de uma agenda de pesquisa em Educação Musical. A primeira é: quem define as demandas de conhecimento científico? Essa questão pode ser desmembrada em subquestões, como: quem define os interesses e os problemas de pesquisa? Que relações os pesquisadores estabelecem com outros atores sociais? Com quem – e não somente para quem – fazemos pesquisa? São perguntas que nos levam a refletir sobre como tem se dado a interação entre pesquisadores, ou grupos de pesquisa, e a sociedade.

Um primeiro aspecto a considerar é o que move a busca dessa interação: interesses intelectuais, recursos, projeção e prestígio acadêmicos ou compromisso social (ver Balbachevsky, 2011, p. 509-513)? Precisamos também considerar de quem ou de onde surgem os interesses e questões de pesquisa, o que poderá nos dizer alguma coisa sobre quão permeável às demandas e problemas da sociedade é nossa agenda de pesquisa (Balbachevsky, 2011, p. 513). Se tratamos de interação, também é relevante refletir sobre o que aprendemos com ela, isto é, o que a interação acrescenta aos nossos modos de fazer pesquisa, ou ainda como a aplicação do conhecimento produzido pela pesquisa retroalimenta a produção de novos conhecimentos (Balbachevsky, 2011, p. 505). Como salienta a autora, é preciso:

Indagar em que circunstâncias aplicação e produção de conhecimento caminham juntas e produzem uma agenda de pesquisa original. [...] Situações em que a cooperação decorre de uma decisão de bases individuais e seus resultados não são regulados e valorizados pelo entorno institucional tendem a produzir tensões cruzadas que limitam as possibilidades de um uso estratégico da interação para o enriquecimento da agenda de pesquisa [...] (Balbachevsky, 2011, p. 515).

Fazer ciência contextualizada socialmente, que atenda a demandas da sociedade não significa abrir mão da qualidade nem da busca pela ciência excelente (ver Sobral, 2011, p. 520). E isso remete à segunda questão, acima mencionada: que conhecimento temos produzido?

Como já observado, a área de Educação Musical tem realizado uma série de exercícios reflexivos sobre sua própria produção. Entretanto, de modo geral, temos focado mais os temas de pesquisa do que os resultados alcançados, o que nos dificulta perceber se, e em que direções, temos avançado: o que passamos a conhecer com certas pesquisas que não conhecíamos antes? Que respostas ou proposições temos apresentado ao campo de conhecimento e aos espaços de atuação profissional por meio da pesquisa?

Não há como avaliar os impactos da pesquisa em Educação Musical, refletir sobre quem se apropria do conhecimento produzido por meio da pesquisa e como o faz, se também não nos debruçarmos sobre os resultados da pesquisa que é feita. A busca por respostas precisas sobre o que produzimos é fundamental para que possamos avaliar como os conhecimentos produzidos por meio da pesquisa vêm subsidiando ou alimentando as políticas públicas e a prática profissional em Educação Musical, seja na educação básica, no ensino superior ou em tantos outros espaços.

Não é raro encontrarmos trabalhos sobre um mesmo tema que, embora realizados em períodos distintos, trazem resultados muito semelhantes, porque se originam de questões de pesquisa também semelhantes. Isso é preocupante porque sugere “uma baixa capacidade de

acumulação de conhecimento, derivada da proliferação horizontal de estudos de caso” (Arretche, 2003, p. 8) e do pouco diálogo entre os trabalhos, aspecto já salientado na literatura da área de Educação Musical (Del-Ben; Souza, 2007; Oliveira *et al.*, 2012).

Outro aspecto que pode dificultar a acumulação de conhecimento é o caráter ensaístico e mesmo prescritivo de parte da nossa produção, a qual, muitas vezes, confunde a pesquisa e seus resultados com escolhas didáticas e pedagógicas. Cabe aqui o alerta de Bernard Charlot (2006), ao refletir sobre características e inconsistências da pesquisa em educação, sobre a necessidade de superar o que ele chama de “discurso espontâneo”:

(...) não se pode confundir ter uma opinião (dizer o que acreditamos, a partir de uma experiência pessoal) e produzir um saber (um discurso no qual a significação das palavras é controlada, no qual levamos em conta diversas formas de colocar o problema, vários pontos de vista, no qual nos apoiamos em provas que podem ser verificadas por qualquer um). Quem deseja fazer pesquisa em educação deve sair da esfera da opinião e entrar no campo do conhecimento. (Charlot, 2006, p. 10)

E uma exigência, hoje, é que esse conhecimento seja inovador. A inovação é pensada para a indústria, para o mercado ou mesmo como inovação social. A ideia de inovação, entretanto, também está ligada à ideia de avanço, de ampliação das fronteiras do conhecimento. Por isso, são tão frequentes – na literatura, nos documentos oficiais e nos editais de pesquisa – expressões como pesquisa de vanguarda, pesquisa de ponta, temas ou áreas de fronteira ou fronteiras da ciência. Ou seja, pesquisas que não se limitem ao âmbito do estado da arte, mas que ampliem esses limites, ampliem as fronteiras daquilo que conhecemos, que nos façam avançar, empírica ou conceitualmente.

Como defende Carlos Henrique de Brito Cruz, em entrevista à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, precisamos “atentar mais ao impacto intelectual” da ciência, para o “conteúdo” dos trabalhos, questionando, por exemplo, “quais foram as ideias fundamentais criadas? Que descobertas seminais os cientistas brasileiros fizeram?”, e não apenas contando o número de trabalhos publicados (Cruz, 2013). Além de considerar os benefícios que os resultados da pesquisa trazem para a sociedade de modo mais amplo, é preciso atentar para seus avanços acadêmicos, que têm relação com a qualidade, com a excelência da pesquisa (Donovan, 2011, p. 176).

Para avançar, precisamos conhecer as demandas da nossa área, sejam aquelas geradas no interior da própria ciência, sejam as sociais, econômicas e do setor produtivo, o que nos permitirá ampliar nossa agenda de pesquisa, em direção à ampliação também das fronteiras daquilo que conhecemos.

considerações finais

Se a política atual, ao menos como política da ciência, não é favorável para as Humanidades, seus princípios e diretrizes podem ser bastante enriquecedores para pensarmos a produção de conhecimento científico em Educação Musical, e buscarmos caminhos e estratégias que nos sejam favoráveis (ver Guimarães, S. 2011, p. 466). Conhecer as bases que sustentam a atual política de C,T&I; indicar com clareza para a sociedade – e também para a comunidade acadêmica – o que temos feito por ela, em termos sociais e intelectuais, por meio da pesquisa em Educação Musical; e identificar os problemas, no campo da educação, das artes, da cultura, “cuja resolução depende da contribuição da pesquisa” que fazemos (ver Guimarães, R., 2004, p. 381), são estratégias que podem dar maior visibilidade e legitimidade à nossa área, o que só tende a nos fortalecer perante as instituições e agências de fomento e também a sociedade.

referências

- ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. Apresentação. *RBCS*, v.18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15981.pdf>> Acesso em: 06 out. 2013.
- BALBACHEVSKY, E. Políticas de ciência, tecnologia e inovação na América Latina: as respostas da comunidade científica. *Caderno CRH*, v. 24, n. 63, p. 503-518, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n63/04.pdf>> Acesso em: 22 set. 2012.
- BEYER, E. A pesquisa em educação musical: esboço do conhecimento gerado na área. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 9. Rio de Janeiro, 1996. *Anais...* Rio de Janeiro: Anppom, 1996. p. 74-79.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015*. Balanço das Atividades Estruturantes 2011. Brasília: MCTI, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/docs/218981.pdf>> Acesso em: 23 set. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020*. V. 1. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>> Acesso em: 06 out. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência e Tecnologia. *Ciência, tecnologia e inovação em saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, s/d. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/folder/folder%20institucional.pdf>> Acesso em 12 out. 2013.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria nº 152, de 30 de outubro de 2012*. Publicada no DOU de 31/10/12 – seção 1 – pág. 43. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_152_30out12_Regulamento_OBEDUC.pdf> Acesso em: 01 out. 2013.
- CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11 n. 31, p. 7-18, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a02v11n31.pdf>> Acesso em: 12 out. 2013.

CONSOLIDAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; Conferências nacional, regionais e estaduais e Fórum Municipal de C,T&I – Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/685>> Acesso em: 06 out. 2013.

CRUZ, C. H. É preciso buscar maior impacto da ciência que é feita no Brasil. SBPC. *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, Home / Notícias / Matérias, 02 ago. 2013. Entrevista concedida a Evanildo da Silveira. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/site/noticias/materias/detalhe.php?id=1896>> Acesso em: 05 out. 2013.

DEL-BEN, L. (Para) Pensar a pesquisa em educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 24, 25-33, set. 2010. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revista_abem/ed24/revista24_artigo3.pdf> Acesso em: 12 out. 2013.

DEL-BEN, L.; SOUZA, J. Pesquisa em educação musical e suas interações com a sociedade: um balanço da produção da ABEM. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 17. São Paulo, 2007. *Anais...* São Paulo: Anppom, 2007. p. 1-13. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/educacao_musical/edmus_LDBen_JSouza.pdf> Acesso em: 12 out. 2013.

DONOVAN, C. State of the art in assessing research impact: introduction to a special issue. *Research Evaluation*, v. 20, n. 3, p. 175-179, set. 2111.

FARIA FILHO, L. M. O novo PNPG e a educação básica. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 29, n. 02, p. 289-295, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n2/13.pdf>> Acesso em 05 out. 2013.

_____. As ciências humanas, sociais e sociais aplicadas e os órgãos superiores do CNPq. *Pensar a educação*. Pensar o Brasil. 1822-2022. s/d. Disponível em: <http://www.pensaraeducacao.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=106> Acesso em: 12 out. 2013.

FONSECA, R. Ciência, Tecnologia e Sociedade. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). *Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS)*, 2010. p. 71-77. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/bibliotecarts/livros/tecsocialdessust.pdf>> Acesso em: 06 out. 2013.

GUIMARÃES, R. Bases para uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, n. 2, p. 375-387, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20392.pdf>> Acesso em: 23 set. 2013.

GUIMARÃES, S. K. Produção do conhecimento científico e inovação: desafios do novo padrão de desenvolvimento. *Caderno CRH*, v. 24, n. 63, p. 461-466, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n63/01.pdf>> Acesso em: 22 set. 2012.

LIMA, V. Tecnologia social e agricultura familiar: uma questão de igualdade. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). *Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS)*, 2010. p. 93-96. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/bibliotecarts/livros/tecsocialdessust.pdf>> Acesso em: 06 out. 2013.

NEVES, C. E. B.; NEVES, F. M. Pesquisa e inovação: novos desafios para a educação superior no Brasil e na Alemanha. *Caderno CRH*, v. 24, n. 63, p. 481-501, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n63/03.pdf>> Acesso em: 22 set. 2012.

OLIVEIRA, M. A. W. et al. Produção científica sobre educação musical escolar: uma análise das referências de artigos da Revista da ABEM. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 22. João Pessoa, 2012. *Anais...* João Pessoa: Anppom, 2012. p. 1879-1886. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2012/Anais_ANPPOM_2012.pdf> Acesso em: 12 out. 2013.

SILVA, R. B. Política para a ciência e política da ciência: entre o fomento e as demandas governamentais. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 122, p. 47-65, jan.-mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v34n122/v34n122a03.pdf>> Acesso em 05 out. 2013.

SOBRAL, F. A. F. Novos horizontes para a produção científica e tecnológica. *Caderno CRH*, v. 24, n. 63, p. 519-534, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n63/05.pdf>> Acesso em: 22 set. 2012.

SOUZA, J. Repensando a pesquisa em educação musical. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 9. Rio de Janeiro, 1996. *Anais...* Rio de Janeiro: Anppom, 1996. p. 80-86.

Recebido em
21/02/2014

Aprovado em
30/03/2014

Luciana Del-Ben é doutora em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora do Departamento de Música e do Programa de Pós-Graduação em Música do Instituto de Artes da UFRGS, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), gestão 2013-2015. ldelben@gmail.com